

O Inventário da Oferta Turística como Estratégia de Diálogo com a Comunidade: um Estudo de Caso sobre o Parque Nacional das Sempre-Vivas e seu Entorno

Paula Leão Ferreira¹, Raquel Faria Scalco² & Virginia Martins Fonseca²

Recebido em 29/03/2021 – Aceito em 30/11/2021

¹ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio, Brasil. <paula.ferreira@icmbio.gov.br >

² Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/UFVJM, Brasil. <raquel.scalco@ufvjm.edu.br, virginia.martins@ufvjm.edu.br>

RESUMO – O Inventário da Oferta Turística é um instrumento utilizado para fazer o diagnóstico de tudo que determinado destino tem para oferecer ao turista, abrangendo os atrativos turísticos, os equipamentos e serviços turísticos e a infraestrutura. É um importante instrumento de planejamento e gestão da atividade turística. No entorno de Unidades de Conservação (UC), este levantamento, quando realizado em parceria com a comunidade local, pode contribuir para o diálogo entre a equipe de gestão e a comunidade. Esta foi a estratégia adotada neste projeto de pesquisa para o levantamento da oferta turística nos distritos localizados no entorno do Parque Nacional das Sempre-Vivas, visando a implementação do uso público na UC, desenvolvido por meio de parcerias. Assim, optou-se por um trabalho participativo, orientado pelo modelo de Turismo de Base Comunitária, entendendo as comunidades como protagonistas deste processo. Este trabalho teve como objetivo contribuir para a implementação do uso público no Parque, por meio do levantamento e análise da oferta turística de atrativos de distritos do seu entorno. Para tanto, foram realizadas pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, trabalhos de campo e tratamento das informações, contando com o envolvimento e participação de membros das comunidades. Como resultados, entende-se que este projeto, embora ainda não concluído, contribui para um maior conhecimento sobre o potencial turístico dos distritos que dão apoio à travessia entre Inhaí e Curimataí e para que os objetivos de gestão da UC sejam mais facilmente alcançados, principalmente aqueles relacionados ao uso público e a aproximação e diálogo com as comunidades locais.

Palavras-chave: Unidades de conservação; uso público; planejamento turístico; turismo de base comunitária.

The Inventory of the Tourist Offer as a Community Dialogue Strategy: a Case Study about Sempre-Vivas National Park and its Surroundings

ABSTRACT – The Tourist Offer Inventory is an instrument used to diagnose everything that a destination offers to tourists. It includes tourist attractions, tourist equipment and services and infrastructure. Moreover, it is an important tool for planning and managing tourism activity. When carried out in partnership with the local community, this research may contribute to the dialogue between the management team and the community covering the Protected Areas (PA) surroundings. This strategy was adopted in this study to raise tourist offer in the districts located around *Sempre-Vivas* National Park. It focuses on developing partnerships in order to implement public use in the PA. Thus, we opted for a participatory work, guided by the Community Based Tourism model, considering the communities as protagonists of this process. This study aimed to contribute to the implementation of public use in the Park, by searching and analyzing the tourist offer of attractions in the surrounding districts. To this end, bibliographic research, documentary research, fieldwork and data treatment were carried out with the involvement and participation of members of the community. As a result, it is clear that this project, although not yet concluded, contributes to a greater understanding of the tourist potential of the districts which support the crossing between Inhaí and Curimataí. Besides, the management objectives of the PA are more easily achieved, mainly those related to public use and the approach and dialogue with local communities.

Keywords: Protected areas; public use; tourism planning; community-based tourism.



El Inventario Turístico como Estrategia de Diálogo con la Comunidad: un Estudio de Caso acerca el Parque Nacional das Sempre-Vivas y sus Alrededores

RESUMEN – El Inventario Turístico es un instrumento que permite realizar un diagnóstico de todo lo que un destino determinado tiene para ofrecer al turista, abarcando atractivos turísticos, equipamiento y servicios turísticos e; infraestructura. Es una herramienta importante para planificar y gestionar la actividad turística. En los alrededores de las Unidades de Conservación, este relevamiento, cuando se realiza con la comunidad local, puede contribuir a el diálogo entre el equipo de gestión de la Unidad de Conservación y la comunidad. Esta fue la estrategia adoptada en este proyecto de investigación para relevar la oferta turística en las localidades ubicadas alrededor del Parque Nacional Sempre-Vivas, con el objetivo de implementar el uso público en la Unidad de Conservación, desarrollado a través de alianzas. Así, optamos por un trabajo participativo, guiado por el modelo de Turismo de Base Comunitaria, entendiendo a las comunidades como protagonistas de este proceso. Este trabajo tuvo como objetivo contribuir a la implementación del uso público en el Parque, mediante el relevamiento y análisis de la oferta turística de las localidades alrededores. Para ello se llevó a cabo la investigación bibliográfica, la investigación documental, el trabajo de campo y el tratamiento de la información, con el involucramiento y participación de los miembros de la comunidad. Como resultado, se entiende que este proyecto, aún no concluido, contribuye a un mayor conocimiento del potencial turístico de los distritos que apoyan el cruce entre Inhaí y Curimataí y para que los objetivos de gestión de la Unidad de Conservación se logren más fácilmente, principalmente los relacionados con el uso público y el acercamiento y diálogo con las comunidades locales.

Palabras claves: Unidades de conservación; uso público, planeamiento turístico; turismo de base comunitario.

Introdução

A oferta turística de um determinado local é formada por tudo aquilo que o destino tem para oferecer aos seus turistas. De acordo com Ruschman (2006), “A oferta turística de uma localidade é constituída da soma de todos os produtos e serviços adquiridos ou consumidos pelo turista durante a sua estada em uma destinação”.

O Ministério do Turismo classifica a oferta turística em três grandes categorias: infraestrutura de apoio ao turismo, serviços e equipamentos turísticos e atrativos turísticos. A definição para cada categoria proposta pelo Inventário da Oferta Turística, do Ministério do Turismo, é:

Categoria A – infraestrutura de apoio ao turismo: instalações e serviços, públicos e privados, que proporcionam o bem-estar dos residentes e também dos visitantes, tais como sistema de transportes, de saúde, de comunicação, de abastecimento de água, de energia e tantas outras estruturas básicas e facilidades existentes nos municípios.

Categoria B – serviços e equipamentos turísticos: conjunto de estabelecimentos e prestadores de serviços que dão condições

para que o visitante tenha uma boa estada: hospedagem, alimentação, diversão, transporte, agenciamento etc.

Categoria C – atrativos turísticos: elementos da natureza, da cultura e da sociedade – lugares, acontecimentos, objetos, pessoas, ações – que motivam alguém a sair do seu local de residência para conhecê-los ou vivenciá-los. (Brasil, Ministério do Turismo, 2011).

Ao processo de levantamento e sistematização das informações sobre a oferta turística de um determinado local dá-se o nome de Inventário da Oferta Turística, que consiste no levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao turismo, como instrumento base de informações para fins de planejamento, gestão e promoção da atividade turística. Esse instrumento possibilita a identificação da vocação, a definição de prioridades para os recursos disponíveis e o incentivo ao turismo sustentável (Brasil, Ministério do Turismo, 2011). Para além dessas possibilidades tradicionais, o processo de levantamento das informações para a realização de inventário turístico pode ser utilizado como uma forma de aproximação e de

diálogo com a comunidade e de discussão de temas importantes relacionados ao turismo, uso público e gestão de unidades de conservação, aproveitando a oportunidade para mobilizar a comunidade para as atividades de turismo e para torná-la protagonista neste processo.

O Parque Nacional das Sempre-Vivas (PNSV) é uma unidade de conservação de proteção integral, criada pelo Decreto s/nº, de 13 de dezembro de 2002, com uma área de 124.156ha, abrangendo parte dos municípios de Bocaiúva, Buenópolis, Diamantina e Olhos D'Água, na Serra do Espinhaço, em Minas Gerais. O Parque Nacional possui grande importância ecológica, alto grau de endemismo, presença de várias espécies raras e ameaçadas de extinção. A unidade de conservação (UC) abrange uma área de transição entre os biomas Cerrado e Mata Atlântica, com campos rupestres de altitude em seus divisores de águas das bacias hidrográficas do rio Jequitinhonha e do São Francisco, possuindo mais de 600 nascentes em seu interior (Brasil, ICMBio, 2016). Essas características fazem com que o Parque possua diversos atrativos turísticos, principalmente voltados para a prática de atividades de turismo em contato com a natureza, como suas diversas cachoeiras, mirantes, serras, formações rochosas, rios, matas, nascentes e lindas paisagens (Brasil, ICMBio, 2016).

Existe ainda, no território abrangido pelo PNSV, vasto patrimônio histórico, podendo ser encontradas ruínas históricas e lapas com pinturas rupestres. Soma-se a isso a riqueza cultural local das diversas comunidades tradicionais que possuem interface com o Parque Nacional, com destaque para as comunidades de apanhadoras e apanhadores de flores típicas da região do Espinhaço, conhecidas como Sempre-Vivas.

A criação de uma unidade de conservação de proteção integral numa região onde historicamente se praticava o garimpo artesanal, a pecuária extensiva na serra, além do extrativismo de flores sempre-vivas, dentre outros recursos não-madeireiros, inevitavelmente geraria conflitos entre as comunidades e o órgão gestor. No caso do Parque Nacional Sempre-Vivas, destaca-se aquelas porções de territórios tradicionais de comunidades de apanhadores de flores sempre-vivas, bem como áreas usadas para criação de gado de forma extensiva que, porventura, foram sobrepostas parcialmente. Foi nesse cenário, e a partir do estabelecimento de procedimentos para a elaboração de termos de compromisso (Instrução Normativa ICMBio nº

26/2012), que a gestão do PNSV busca, há quase uma década, construir acordos para a garantia de direitos de tais comunidades e a compatibilização com os objetivos de conservação da UC. Contudo, ainda que essa iniciativa não tenha tido êxito, diante de desafios para estabelecer um diálogo entre o ICMBio e as comunidades tradicionais, a atual gestão da UC entende como crucial a realização de termos de compromisso para estabelecer instrumentos de gestão que pactuem a ocorrência das atividades tradicionais que incidem em tais territórios, concebidos sob a ótica de territórios tradicionais para estas comunidades, mas de uso limitado por estarem abrangidos pelo Parque Nacional.

Em 2020, as comunidades tradicionais de apanhadoras e apanhadores de flores Sempre-Vivas foram contempladas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) com o reconhecimento como Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM) (Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas – Apanhadoras de Flores Sempre-Vivas, 2019). De acordo com o Plano de Ação para Conservação Dinâmica das comunidades tradicionais de apanhadoras e apanhadores de flores Sempre-Vivas, a renda dessas comunidades é resultado de um conjunto de atividades, como a agricultura de subsistência, a pecuária extensiva e a coleta de flores Sempre-Vivas, assim como outras atividades econômicas que complementam a renda das famílias (Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas – Apanhadoras de Flores Sempre-Vivas, 2019).

Entretanto, observa-se que esse perfil não é homogêneo em todas as comunidades contempladas. Além disso, a partir das reuniões abertas realizadas nas comunidades do entorno do PNSV, é perceptível que tais comunidades possuem diversas carências em termos de implementação de políticas públicas e promoção do desenvolvimento socioeconômico (Brasil, ICMBio, 2016).

Diante desse contexto, a gestão do PNSV vem tentando se aproximar cada vez mais das comunidades, entender o histórico dessa relação com o território e instituir uma postura mais dialógica e flexível com as comunidades, inclusive quanto à presença humana e ao uso de recursos naturais em áreas particulares no interior da UC, colaborando para o desenvolvimento socioambiental na região. Diversas estratégias são apontadas no planejamento do PNSV nessa direção, como a implementação do manejo integrado do fogo e

a gestão participativa. Recomenda-se consultar as pesquisas de Scalco (2019) e Monteiro (2011) para uma melhor percepção acerca da temática de conflito territorial no PNSV.

Todavia, a busca por diálogos deve ser constante entre os organismos governamentais e a sociedade e, nesse caso em especial, com as comunidades locais – como sujeitos ativos – as ONG do terceiro setor e as universidades. É notório que o envolvimento dos atores sociais nos processos de gestão das áreas protegidas implica a adoção de aspectos relacionados à governança e, conseqüentemente, a preocupação em alcançar uma governança de qualidade, que atenda aos objetivos de preservação por intermédio da efetiva participação dos setores interessados. Nesse sentido, cabe destacar que, nos últimos anos, a gestão do PNSV tem se pautado na busca de soluções acordadas entre as partes envolvidas, bem como no envolvimento da sociedade em diversos temas afetos ao Parque Nacional, principalmente por meio do seu Conselho Consultivo.

Nessa seara, como não poderia ser diferente, o turismo se configura como uma fonte alternativa de subsistência para muitas comunidades do entorno do Parque Nacional das Sempre-Vivas. Isso posto que, para além dos atrativos naturais e culturais, as atividades tradicionais realizadas pelas comunidades situadas no entorno da UC também se apresentam como experiência diferenciada para o turismo, devido ao contexto a ser vivenciado e interações com os visitantes, promovendo a integração e a troca de experiências entre as partes envolvidas.

A ideia para realizar o Inventário da Oferta Turística nestes distritos surgiu com a elaboração do Plano de Ação do Conselho Consultivo do Parque Nacional das Sempre-Vivas (CONVIVAS) (Brasil, ICMBio, 2016b), no intuito de priorizar a estruturação do uso público na UC no contexto da participação social. Dessa forma, inicialmente, optou-se por iniciar este trabalho em uma trilha de Longo Curso, a travessia entre os distritos de Inhaí e Curimataí, localizados em Diamantina e Buenópolis, respectivamente, como possível produto turístico. A trilha da travessia e os distritos envolvidos no projeto podem ser visualizados no mapa abaixo.

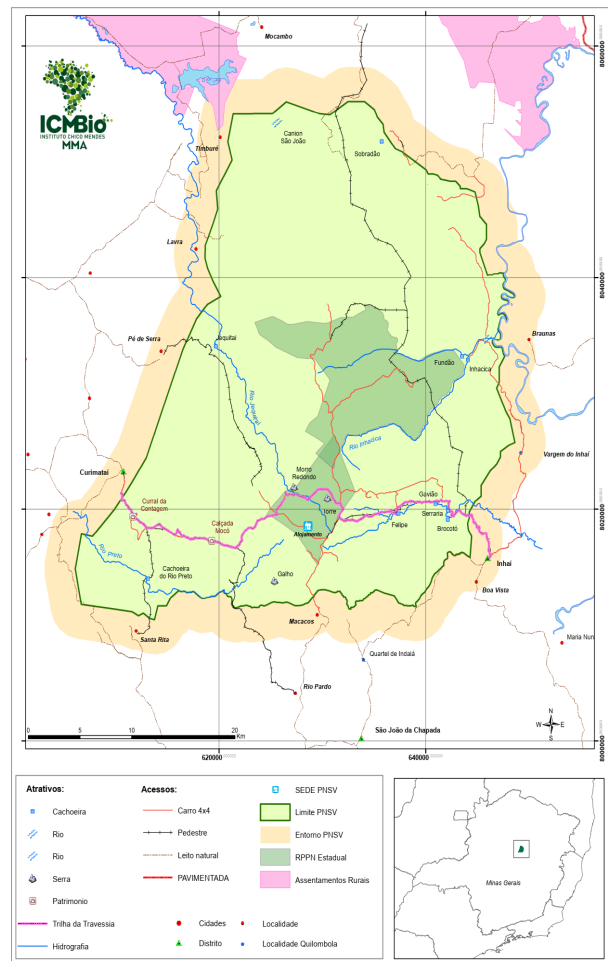


Figura 1 – Mapa do Parque Nacional das Sempre-Vivas, com a trilha da Travessia entre Inhaí e Curimataí.

Fonte: ICMBio, 2020.

Essa travessia tem um percurso de aproximadamente 55Km, cortando a região sul do PNSV, de leste a oeste e, além de ser um caminho tradicional das comunidades locais, já é realizada de forma espontânea por alguns grupos de turistas. Ainda que ela aconteça de forma espontânea, a gestão orienta que seja previamente informada toda atividade turística à gestão da UC, embora isso nem sempre ocorra.

O uso público no PNSV ainda está em fase de implementação, mas com a publicação do Plano de Manejo (2016) e a elaboração do Plano de Ação do CONVIVAS (Brasil, ICMBio, 2016b) as ações de manejo relativas ao uso público começaram a ser planejadas e executadas de forma participativa, a partir da criação de um Grupo de Trabalho do CONVIVAS com este foco. A construção dessa estratégia, pelo conselho gestor, foi orientada pelo modelo de Turismo de

Base Comunitária, conforme definido no Plano de Manejo, sendo que as atividades vêm sendo implantadas em uma ampla rede de parcerias, entre conselheiros, associações comunitárias, prefeituras municipais e instituições de ensino e pesquisa.

Dessa forma, este projeto estruturou-se tendo como questão-problema a necessidade de conhecimento sobre a oferta turística existente nos distritos localizados no entorno do PNSV e que dão apoio à Travessia entre Inhaí e Curimataí, a saber: Inhaí, Curimataí e São João da Chapada. Partiu-se da hipótese de que estes locais já possuem uma oferta de serviços e de infraestrutura necessárias para acolher o turista que visita o local, mas que, na maior parte das vezes, necessita de melhorias e qualificação desses serviços. Já no que se refere aos atrativos, partiu-se da hipótese de que estes distritos possuem diversos atrativos que podem favorecer o aumento do tempo de permanência do turista que já realiza a travessia, beneficiando as comunidades locais envolvidas com o Turismo de Base Comunitária.

Assim, a pesquisa foi concebida com o objetivo de inventariar os atrativos turísticos presentes no entorno do Parque Nacional Sempre-Vivas para contribuir na implementação do uso público na UC. E, ao conduzir a realização do inventário visando o envolvimento das comunidades no processo, esta proposta se soma à estratégia de construção de espaços de diálogo com a gestão da UC, dada a oportunidade de estabelecimento de uma agenda positiva do ICMBio junto às comunidades, podendo contribuir para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária.

Foi pensando nos desafios, com o olhar nas oportunidades trazidas no escopo da gestão participativa e nas possibilidades de parcerias, que esta iniciativa foi concebida entre o curso de turismo da UFVJM e a equipe do Parque Nacional das Sempre-Vivas (ICMBio), com vistas ao levantamento dos atrativos turísticos existentes nos distritos de Inhaí, Curimataí e São João da Chapada, no entorno da UC. Destaca-se que o levantamento dos equipamentos e serviços turísticos e da infraestrutura já havia sido realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais e ficou pendente a parte dos atrativos, para complementar os dados relativos ao Inventário da Oferta Turística destes distritos.

Desta forma, adotou-se os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, trabalhos de campo e tratamento das informações. Destaca-se

que a metodologia adotada prevê o envolvimento da comunidade local no levantamento destes atrativos, com a realização periódica de reuniões com a comunidade, diálogo com grupos e organizações sociais locais, mobilização de grupos de jovens com o uso de drone em atividades de reflexão sobre o espaço geográfico e suas potencialidades, participação de atores locais no levantamento e nas visitas aos atrativos turísticos, dentre outras ações.

Assim, entende-se que este projeto contribui para um maior conhecimento sobre o potencial turístico dos distritos que dão apoio à travessia entre Inhaí e Curimataí, no interior do Parque Nacional das Sempre-Vivas. Além disso, contribui para que os objetivos de gestão da UC sejam alcançados, uma vez que a atividade turística figura entre as possibilidades e os objetivos legais de criação da UC. Colabora, ainda, para que a comunidade se envolva e tenha oportunidade de discutir temas relacionados ao turismo. Além disso, a participação de membros da comunidade nas etapas previstas permitirá a eles um intercâmbio com a academia, promovendo o conhecimento e a utilização da técnica de Inventariação da Oferta Turística, bem como permitirá a sistematização das informações turísticas destes distritos, fundamental para uma atuação mais responsável e organizada do turismo nestes locais. Este projeto também proporciona aos discentes do curso de turismo da UFVJM uma experiência acadêmica complementar, aprendendo técnicas de pesquisa documental e em campo, conhecimento sobre a metodologia de INVITUR (Inventário da Oferta Turística) do Ministério do Turismo, utilização do GPS, maior conhecimento sobre a região em que estão inseridos, incentivando o pensamento crítico dos mesmos, imprescindível para sua formação acadêmica e profissional.

Destacamos que a realização de um inventário dos atrativos turísticos pode se configurar como uma oportunidade de desenvolvimento de diversas ações subsequentes e complementares, potencializado interpretações distintas sobre as estratégias para fomentar os diálogos tão necessários como urgentes entre as comunidades, a gestão do PNSV e a universidade.

Cabe mencionar os processos de hierarquização dos atrativos que pautam, especialmente, uma análise crítica sobre a qualidade dos mesmos. Também é inevitável promover iniciativas de pesquisa e extensão que tratem da temática do Turismo de Base Comunitária com essas comunidades de Inhaí,

Curimataí e São João da Chapada. Projetos que busquem pautar a percepção das comunidades quanto a essa modalidade de turismo, assim mesmo como identificar quais as parcerias que podem ser estabelecidas entre as comunidades e a gestão podem se configurar como importantes iniciativas para mitigar os conflitos locais, buscando firmar consensos relevantes ao uso público. No entanto, frisa-se que o projeto de pesquisa não teve como objetivo atender essas frentes de trabalho nesse momento, ainda que sejam imprescindíveis e se configurem como uma especial demanda a ser alcançada em pesquisas futuras.

Metodologia

Para a realização da pesquisa que deu origem a este artigo, foram previstas as etapas metodológicas descritas abaixo.

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, para a formação do arcabouço teórico que dá sustentação à pesquisa, sendo estudados os seguintes temas: turismo, planejamento turístico, oferta turística, Inventário da Oferta Turística, mobilização social, gestão e uso público em unidades de conservação.

Na sequência, foi realizada uma pesquisa documental, para conhecimento dos dados de Inventários da Oferta Turística já realizados, bem como para buscar informações sobre o Parque Nacional das Sempre-Vivas. Nessa etapa, foram pesquisados documentos nos seguintes órgãos: Prefeituras Municipais de Diamantina e Buenópolis, Fundação João Pinheiro, Circuito Turístico dos Diamantes, Circuito Turístico Serra do Cabral, UFMG e ICMBio.

Posteriormente, iniciou-se a etapa de trabalhos de campo, com o intuito envolver a comunidade no processo, validar dados coletados na pesquisa documental e coletar dados complementares. Essa etapa teve início em outubro de 2019, sendo paralisaada em março de 2020, devido à pandemia da Covid-19, sem a conclusão do processo até o momento. Os trabalhos de campo ocorreram em todos os distritos, onde foram realizados convites para a comunidade, por intermédio de lideranças locais, para participação de uma reunião em que seriam apresentados os objetivos do projeto e realizado o levantamento inicial dos bens considerados

atrativos pela própria comunidade. Para a coleta de dados, foram adaptados os possíveis formulários relacionados com a realidade local, considerando a metodologia do Inventário da Oferta Turística proposta pelo Ministério de Turismo (Brasil, Ministério do Turismo, 2011). Nessa etapa, também foram utilizados o GPS, para coleta de dados georreferenciados, e a câmera fotográfica, para registro de imagens dos atrativos.

O trabalho de campo no distrito de Inhaí aconteceu entre os dias 30 de novembro e 02 de dezembro de 2019, com a participação de quatro discentes e uma docente do curso de turismo da UFVJM, e uma representante do ICMBio. Ocorreram duas reuniões prévias com a comunidade para explicar o projeto e envolvê-los com a proposta. Cada uma dessas reuniões contou com a participação de cerca de 20 pessoas.



Figuras 2 e 3 – Fotos de reuniões da equipe do projeto com a comunidade. Distrito de Inhaí.

Fonte: Acervo do Projeto, 2019.

O trabalho de campo no distrito de São João da Chapada aconteceu entre os dias 13 e 17 de janeiro de 2020, com a participação de três discentes e uma docente do curso de turismo

e uma representante do ICMBio. Inicialmente, foi feita uma reunião com a comunidade para explicar o projeto e envolvê-los com a proposta, com participação de cerca de 15 pessoas.

Em Curimataí, o trabalho de campo foi realizado entre os dias 10 a 14 de fevereiro de 2020, contando com a participação de três discentes do curso de turismo, um discente do curso de geografia, uma docente do curso de turismo e dois representantes do ICMBio. Houve reunião com membros da Prefeitura Municipal e do Circuito Turístico Serra do Cabral para explicar o projeto e viabilizar parcerias. Houve também reunião com a comunidade para a identificação dos atrativos e envolvimento dos mesmos na proposta, contando com a participação de cerca de 15 pessoas.



Figuras 4 e 5 – Fotos de reuniões da equipe do projeto com a equipe da Prefeitura de Buenópolis e com a comunidade. Distrito de Curimataí.

Fonte: Acervo do Projeto, 2020.

Frisa-se que, devido à pandemia da Covid-19, as atividades de campo do projeto tiveram que ser paralisadas, optando-se por realizar, no período de março a dezembro de 2020, a digitação e formatação dos formulários dos atrativos já levantados em campo, redação do referencial teórico que dá sustentação à pesquisa, redação da caracterização geográfica, histórica e

turística do Parque Nacional das Sempre-Vivas e dos distritos envolvidos no projeto, e gravação e edição de um vídeo de divulgação científica do projeto. Assim que a pandemia estiver sob controle, espera-se concluir o levantamento dos atrativos e realizar outras atividades no âmbito do projeto para envolvimento e mobilização da comunidade, para que sejam protagonistas do processo e se apropriem das informações levantadas sobre os atrativos, sobre os distritos e sobre a UC.

Após cada trabalho de campo, as informações levantadas foram tratadas, digitadas e agrupadas em um documento único para cada distrito, que ao final do processo constituirá o Inventário dos Atrativos Turísticos de cada distrito. Além disso, após a conclusão dos trabalhos de campo, será gerado um mapa com os atrativos turísticos para cada um dos distritos envolvidos. Esses materiais serão entregues aos comunitários envolvidos com a proposta, para que possam fazer uso adequado do material para a promoção do turismo, planejamento de ações, criação de roteiros, entre outras possibilidades.

As atividades de campo foram viabilizadas com recursos do Programa de Voluntariado do ICMBio e apoio das associações comunitárias e conselheiros do CONVIVAS, além da Prefeitura Municipal de Buenópolis/MG, no caso do distrito de Curimataí.

Referencial teórico

O Inventário da Oferta Turística é um importante instrumento de planejamento e gestão da atividade turística, por meio do qual é possível identificar e caracterizar todos os aspectos que influenciam no desenvolvimento do turismo em um determinado destino, como a infraestrutura, os equipamentos e serviços turísticos, e os atrativos turísticos disponíveis para serem usufruídos pelos turistas atuais e potenciais. Frisa-se a definição de inventário, para Miranda (2008):

Sob o ponto de vista prático o inventário consiste na identificação e registro por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros.

Os resultados dos trabalhos de pesquisa para fins de inventário são registrados normalmente em fichas onde há a descrição sucinta do bem cultural, constando informações básicas quanto a sua importância histórica, características físicas, delimitação, estado de conservação, proprietário etc. (Miranda, 2008, p.8).

Para Vitarelli (1998), a realização de um inventário turístico consiste na análise minuciosa do setor turístico de um município, a fim de ordenar com clareza todos os dados e elementos que permitam uma visão geral da situação atual e de seu desenvolvimento, seja ele espontâneo ou natural. Nesse contexto, é possível identificar as necessidades da população, do próprio município e do turista. E é nessa seara que compreendemos que, para a elaboração de possíveis propostas para o desenvolvimento do turismo em uma localidade, torna-se primordial diagnosticar seu potencial considerando a necessidade de identificar e valorizar bens naturais e culturais que, para além de serem passíveis de serem visitados, podem se configurar como uma forma de despertar o sentimento de pertencimento em determinadas comunidades e grupos sociais.

Os objetivos do inventário são: a) oferecer um estudo sistemático da oferta turística; b) quantificar e qualificar os atrativos inventariados, permitindo, assim, sua avaliação; c) facilitar a adoção de medidas precisas de proteção e ordenação dos recursos turísticos, através de sua planificação regional; d) estabelecer uma hierarquia ou uma propriedade para a utilização dos atrativos existentes e orientar a política de desenvolvimento turístico nos diversos níveis; e) fornecer informação para divulgação turística; f) detectar valores e deficiências no município e; g) indicar vocações turísticas (Vitarelli, 1998).

Logo, o inventário é um instrumento para o planejamento turístico, tanto setorial como territorial. A partir dele, podem-se realizar avaliações e estabelecerem-se estratégias condizentes com a realidade da localidade que está em análise. Dessa forma, um inventário deve ser pautado de credibilidade, ou seja, deve ser um retrato fiel da realidade dos bens naturais e culturais e de sua situação, assim como dos equipamentos e serviços e da infraestrutura de apoio turístico. Ademais, também deve ser pautado na flexibilidade, ou seja, deve ser claro, aberto, dinâmico, permitindo considerar, periodicamente, todas as variações que experimentam tais bens, serviços e infraestrutura.

O inventário pode, também, ser uma ação cujo objetivo é promover um diálogo entre as instituições e as comunidades para contribuir com que tais atores sociais possam se conhecer e compreender melhor uns aos outros, reconhecendo a alteridade e pluralidade deste coletivo.

Nesse sentido, a atividade turística pode fortalecer a apropriação das áreas naturais protegidas pela sociedade, haja vista que no Brasil, devido à riqueza de seus biomas e diversidade cultural, existem várias regiões que são bens singulares pela oferta de experiências diversificadas e de qualidade. Nesse sentido, o documento técnico Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação (Brasil, Ministério do Meio Ambiente, 2006) apresenta algumas orientações relevantes às ações de planejamento, gestão e implementação do ecoturismo em áreas naturais protegidas, já que funciona como uma forma de incrementar o apoio econômico para a conservação da natureza nessas áreas e potencializar a utilização sustentável dos serviços vinculados aos ecossistemas.

No entanto, não se pode ignorar que a atividade turística gera diversos impactos negativos, quando não discutida amplamente entre a sociedade, principalmente entre seus atores sociais e locais, e eventualmente deixando de ser pautada por interesses coletivos. Assim, é primordial que o desenvolvimento da atividade turística seja amparado por critérios de responsabilidade e comprometimento, sob a ótica da sustentabilidade.

Vale ressaltar que sustentabilidade não diz respeito apenas à preservação ou conservação de bens naturais limitados e não-renováveis. Comungamos com Franco (2000) que a sustentabilidade corresponde a “um padrão de organização de um sistema que se mantém ao longo do tempo, em virtude de ter adquirido certas características que lhe conferem capacidades auto criativas”. Tal afirmativa implica inferir que aspirações e necessidades culturais, históricas, políticas, sociais, econômicas, institucionais (entre outras) são aspectos essenciais para a reflexão com vistas à manutenção do ser humano no planeta Terra. Ainda segundo Franco (2006), comumente confunde-se sustentabilidade com durabilidade de um ente ou processo, ignorando a importância do processo como um todo e, principalmente, a metodologia desse processo para alcançar os resultados efetivos que se espera.

O autor afirma que a durabilidade nada mais é que uma consequência da sustentabilidade, ou seja, “se um sistema é sustentável, então ele é durável porque é capaz de se auto organizar, de se reproduzir, enfim, de autocriar as condições para a sua continuidade”.

Contextualizando dita afirmação com a atividade turística, deve-se desenvolver e gerir tal fenômeno mantendo a integridade ambiental e sociocultural, com o intuito de resguardar a qualidade dos bens naturais e culturais (imateriais e materiais) – primordiais para a relação entre comunidade e turistas – assim como enfatizar a necessidade da prestação de serviços pautada pelas possibilidades de inclusão social de empreendedores e coletivos sociais da própria localidade e região de entorno da UC.

Nesse sentido, destacam-se os princípios para o planejamento e a gestão da visitação em uma área protegida que, em consonância com os objetivos de manejo da UC, devem propiciar um sentido lógico, harmônico e coerente às atividades de visitação, a saber:

A visitação é instrumento essencial para aproximar a sociedade da natureza e despertar a consciência da importância da conservação dos ambientes e processos naturais, independentemente da atividade que se está praticando na unidade de conservação;

A visitação deve ser promovida de forma democrática, possibilitando o acesso de todos os segmentos sociais às unidades de conservação;

[...] A manutenção da integridade ambiental e cultural é essencial para sustentar a qualidade de vida e os benefícios econômicos provenientes da visitação em unidades de conservação;

A visitação deve contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social das comunidades locais. (Brasil, Ministério do Meio Ambiente, 2006, p. 13).

De tal modo, discorrer sobre o uso público em áreas protegidas sugere discutir os princípios básicos da atividade turística de baixo impacto e com responsabilidade coletiva, considerando premissas como: 1) envolvimento das comunidades do entorno das áreas protegidas para a prestação de serviços de apoio ao turismo; 2) que o acesso a setores destinados ao uso público em áreas protegidas goze efetivamente de livre circulação de pessoas; e 3) necessidades de preservação desses territórios como estratégias e ações de

educação, comunicação, difusão e interpretação do patrimônio.

A perspectiva do uso público em parques nacionais é otimista, já que essa categoria de UC é a indicada para integrar a preservação do meio natural ao uso público e à educação ambiental, com crescimento significativo de visitação nos últimos anos. No entanto, o que poderia ser um importante instrumento de desenvolvimento socioeconômico regional, garantindo a permanência das comunidades no entorno das UCs, muitas vezes não se consolida, posto que:

No Brasil, infelizmente, a resistência sociocultural, para manter tais territórios protegidos, tem sido simbólica visto as implicações e contradições de manter, de maneira equilibrada, os interesses mínimos de permanência das comunidades do entorno dos parques nacionais por meio do incentivo ao uso público em que poderia fomentar uma robusta economia solidária. Para referendar, dentre os 74 parques nacionais brasileiros, considerando que esta categoria é a AP indicada a integrar a preservação do meio natural ao uso público e a educação ambiental. Ainda que diante do crescimento significativo de visitação nos últimos anos, evidencia-se que a distribuição dos visitantes pelas APs é fictícia, já que em 2017, dos quase 8,7 milhões de visitantes dos PARNAS, quase 40% estavam concentrados no Tijuca, 20% no Iguaçu e 9% em Jericoacoara ou seja, apenas 3 PARNAS totalizam quase 70% da visitação pública (ICMBIO, 2018). Já em Minas Gerais, segundo o IEF, 11 parques têm infraestrutura para receber visitantes em um total de 38 UCs. Costa Junior (2014) afirma que apenas três parques receberam um público superior aos 45 mil/ano, enquanto 24 parques receberam menos de 1 mil/ano visitantes. (Martins Fonseca & Bustos Cara, 2020, p. 6-7).

Nessa seara, segundo o setor de comunicação do ICMBio, em outubro de 2020, o novo modelo de concessão do uso público de UCs visa revitalizar e modernizar a estrutura dos parques, gerenciar e fortalecer a conservação, além de liberdade para criar novas atrações, no qual o ‘vencedor da concorrência’ terá o direito de investir e desenvolver a área do parque por 30 anos, aprimorando a experiência turística e respeitando as normas ambientais específicas. Atualmente, existem sete Parques Nacionais concessionados nos estados do Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Bahia e Pernambuco. Outros 13 estão em processo de concessão, já no novo modelo proposto pelo governo atual (Brasil, ICMBio, 2020).

O Parque Nacional das Sempre-Vivas não está no plano prioritário no processo de concessão de uso público, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI, e incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND. Diante das informações aqui levantadas, entendemos que, de fato, essa modalidade de concessão não se alinha ao contexto regional, dadas as oportunidades de desenvolvimento local trazidas no escopo do TBC.

Ressalta-se que partimos do pressuposto de que o uso público das áreas protegidas se constitui como uma alternativa para o envolvimento das comunidades locais no desenvolvimento regional. É o turismo, entre tantas atividades econômicas, a que gera menores impactos e, principalmente, a mais solidária. Nesse sentido, se vê com bons olhos as iniciativas relacionadas à temática, mas há que se destacar que as concessões não são as únicas possibilidades de potencializar essas articulações, sendo preciso mencionar as autorizações e permissões. Também se reconhecem outras alternativas possíveis como as parcerias público-privadas ou parcerias com organizações da sociedade civil previstas no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade (Brasil, Lei nº 13.019, 2014; Brasil, Decreto nº 8276, 2016), dentre outras possibilidades.

A concessão implica uma licitação, na modalidade de concorrência, que delega à pessoa jurídica ou consórcio de empresas capacitadas a prestação de serviço, com limites e condições legais, sujeita a regulamentações e fiscalização do órgão público concedente, prevendo a possibilidade de cobrança de tarifa dos usuários e contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado. Essa modalidade de parceria geralmente tem duração de longo prazo, prevendo grandes investimentos por parte do concessionário.

A permissão outorga, por ato administrativo, mediante licitação, a prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente, inclusive à pessoa física, mas também à pessoa jurídica, que demonstre capacidade para seu desempenho, sob a condição de precariedade e revogabilidade unilateral do contrato pelo poder público (Brasil, IBAMA, GTZ, 1999).

Já a autorização é um ato unilateral que permite a realização de determinada atividade, serviço ou utilização de bem público (Brasil, IBAMA, GTZ, 1999). O decreto nº 4.340/2002,

que regulamenta o SNUC, dedica o capítulo VII à situação das autorizações para exploração de bens e serviços (Brasil, Decreto nº 4.340, 2002, capítulo VII). Para as UCs de proteção integral, tais autorizações devem ser destinadas a dar suporte físico e logístico à sua administração e à implementação das atividades de uso comum do público, respeitando os objetivos segundo a categoria da UC. No caso dos parques nacionais, seus objetivos relacionam-se a promover a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Para tanto, as autorizações devem estar previstas no plano de manejo, assim como viabilizar a participação de pessoas físicas e jurídicas, segundo as leis atinentes, bem como fundamentadas em estudos de viabilidade econômica e de investimentos, elaborados pelo órgão executor, ouvido o conselho da unidade.

Ressalta-se, ainda, a interessante possibilidade referendada na Lei nº 13.668, de 28 de maio de 2018, que trata, em seu artigo 14C, que poderão ser concedidos serviços, áreas ou instalações de unidades de conservação federais para a exploração de atividades de visitação voltadas à educação ambiental, à preservação e conservação do meio ambiente, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza, conforme inciso 3º em que será dispensado o chamamento público para celebração de parcerias (nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014) com associações representativas das populações tradicionais beneficiárias de unidades de conservação para a exploração de atividades relacionadas ao uso público, cujos recursos auferidos terão sua repartição definida no instrumento de parceria.

Portanto, essas três últimas modalidades – permissão, autorização e parcerias com organizações da sociedade civil – nos parecem as alternativas que podem ter melhor aderência à realidade da maior parte dos PARNAs brasileiros, efetivando a possibilidade de promover o uso público a partir dos interesses, particularidades e competências da própria comunidade do entorno da UC. Considerando os objetivos específicos do Parque Nacional das Sempre-Vivas e as diretrizes estabelecidas no Plano de Manejo, as características do território no qual está inserido, bem como a singularidade da sociobiodiversidade

da Serra do Espinhaço Meridional, onde a cultura tradicional das apanhadoras e apanhadores de flores Sempre-Vivas é marcante, observa-se que este formato é o mais adequado a essa UC.

Em diálogo com essa perspectiva, pauta-se a compreensão do Turismo de Base Comunitária que, para Martins Fonseca (2018):

[...] para além de ser considerado um segmento turístico, deve se referir como uma proposta metodológica 'por um outro turismo' parodiando Milton Santos quando nos inspira 'por outra globalização', inclusive pela perspectiva de buscar reflexões baseadas em um processo de descolonização do que está posto”.

Ainda segundo a autora, a complexidade do TBC é tamanha que, para alguns autores (WWF, 2011; Irving, 2003; OIT 2005, 2008; Guereña y Calderón, 2005; Samaniego, Lamorú y Oleasm 2015, Burgos Doria, 2016, Palacios, 2016), tais práticas implicam a compreensão de que estamos lidando com uma proposta baseada em valores completamente distintos das premissas impostas atualmente pelo sistema capitalista, já que:

Establecer la naturaleza de “la comunidad” implica definir los principios, valores, normas e instituciones que rigen la forma de organización y convivencia de un determinado grupo social, que a su vez la diferencia de otros actores de la sociedad. Su objetivo final es asegurar el bienestar común y garantizar la supervivencia de sus miembros, preservando su propia identidad cultural. En la esfera institucional, la comunidad se rige por normas sociales, económicas y políticas que regulan los procesos de toma de decisiones, locación de los recursos, aplicación de justicia y represión de delitos. (Maldonado, 2011, p. 28).

É nesse sentido que a proposta de Turismo de Base Comunitária se apresenta como uma interessante possibilidade para o desenvolvimento do turismo no entorno das áreas naturais protegidas. Nesse sentido, é fundamental que o planejamento e desenvolvimento do turismo seja protagonizado pelos atores locais, baseando-se nos princípios da sustentabilidade, autonomia e justiça social, como corroborado a seguir:

[...] a proposta de Turismo de Base Comunitária (TBC), em articulação às UC, vem adquirindo cada vez mais visibilidade como uma alternativa de turismo, em bases sustentáveis e segundo o

compromisso ético de justiça e resistência social. Isso porque o TBC emerge, em planejamento turístico, como uma via possível para a inclusão econômica e social de grupos vulneráveis e, também, para a conservação da biodiversidade e para a valorização dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais. Por essa perspectiva, as iniciativas de TBC reafirmam a importância das alternativas endógenas e do protagonismo social local nos processos de planejamento e desenvolvimento turístico, em articulação à gestão de Unidades de Conservação. Parte-se, assim, do pressuposto que as populações locais são essenciais ao processo de conservação da biodiversidade como parceiras da gestão pública. (Brasil, ICMBio, 2019, p. 16).

Destaca-se que, apesar dos avanços das discussões técnicas, acadêmicas e políticas no âmbito do TBC, esse conceito ainda está em construção e, portanto, sujeito a debates e variadas interpretações. O conceito atualmente aceito pelo ICMBio para Turismo de Base Comunitária é:

Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável, para fins recreativos e educativos, dos recursos da unidade de conservação. (Brasil, ICMBio, 2018, p. 10).

Nesse sentido, os princípios básicos do TBC são: conservação da sociobiodiversidade; valorização da história e da cultura; protagonismo comunitário; equidade social; bem comum; transparência; partilha cultural; atividade complementar; educação; dinamismo cultural; e continuidade (Brasil, ICMBio, 2018).

Foi pensando nas possibilidades de implementação do turismo de base comunitária, nas parcerias para implementação do uso público no PNSV baseadas em modelos mais inclusivos para as comunidades locais e nos benefícios que o turismo pode trazer para para elas que este projeto foi gestado e desenvolvido. Assim, segue a apresentação de resultados dos trabalhos realizados até o momento, com a finalidade de elaborar o Inventário da Oferta Turística dos distritos que dão apoio à trilha da travessia entre Inhaí e Curimataí.

Resultados e Discussão

O primeiro passo antes de cada trabalho de campo foi entrar em contato com lideranças locais e conselheiros do CONVIVAS, para mobilização da comunidade para reuniões abertas para explicar a proposta, levantar, a partir do olhar dos comunitários, quais são os atrativos desses distritos, e envolvê-los no processo de levantamento das informações dos atrativos, bem como realizar sobrevoos com drone na comunidade e em atrativos de referência para eles. Na sequência, partiu-se para a visita e levantamento das informações sobre os atrativos turísticos, sempre acompanhados de membros da comunidade. Os dados levantados até o momento sobre os atrativos turísticos dos distritos de Inhaí, Curimataí e São João da Chapada serão apresentados a seguir.

Inhaí é um distrito de Diamantina, com pouco mais de mil habitantes e distante cerca de 68km da sede do município. O surgimento da comunidade de Inhaí está relacionado à atividade de garimpo de ouro e diamante no início do século XVIII (Brasil, ICMBio, 2016a). A maior parte da população desse distrito é formada por descendentes de escravos africanos e portugueses que chegaram à região durante o período colonial em busca de pedras preciosas. Atualmente, essa população vive do comércio local, agricultura familiar, artesanato e da pecuária. O distrito localiza-se a 790m de altitude e a vegetação possui elementos de Cerrado e Mata Atlântica, situando-se numa região de ecótono.

O distrito possui vários atrativos naturais, como os rios Inhaí, Caeté Mirim e o Jequitinhonha. Também algumas cachoeiras, como a do Brocotó, do Galvão, serras e mirante. Existem também pinturas rupestres em alguns locais. Por ser uma vila histórica, possui casarões e igreja do período colonial. Além disso, há tradição de festas religiosas e populares, artesanato e gastronomia típica, banda de música, entre outros aspectos que já atraem turistas para o distrito.



Figuras 6 e 7 – Fotos do Rio Caeté-Mirim e da Cachoeira do Brocotó. Distrito de Inhaí.

Fonte: Acervo do Projeto, 2019.



Figuras 8 e 9 – Fotos da Serra de Sant'Anna e Igreja de Sant'Ana. Localidade de Boa Vista. Distrito de Inhaí.

Fonte: Acervo do Projeto, 2019.

Apesar do potencial turístico, a estrutura do distrito ainda não é voltada para o turismo, possuindo poucos meios de hospedagem e dificuldade de acesso a alguns atrativos turísticos.

Em Inhaí, foram inventariados 14 atrativos, sendo 7 deles atrativos naturais e 7 atrativos culturais. Ficaram pendentes, de acordo com o levantamento prévio dos atrativos com a comunidade, o levantamento de cerca de 30 atrativos das categorias atrativos naturais, culturais e eventos programados.

São João da Chapada é um distrito de Diamantina, localiza-se a 26km da sede municipal, estando a, aproximadamente, 1.450m de altitude, situado no divisor das águas das bacias hidrográficas do rio Pardo, afluente do Rio das Velhas; e do Ribeirão Caeté-Mirim, afluente do Jequitinhonha. Dentre as características ambientais da região, destaca-se a presença de serras com afloramentos rochosos; sua vegetação é composta por campo rupestre e gramíneo lenhoso, típicos do cerrado (Lopes, 2019).

O processo de ocupação de São João da Chapada remonta ao período colonial, estando ligado à atividade de mineração de ouro e diamante. Existem relatos de que grande parte das terras do distrito pertencia ao contratador João Fernandes de Oliveira (Lopes, 2019). A população do distrito é formada por descendentes de origem africana, escravizados e descendentes de portugueses, que buscavam os diamantes no local. Ainda hoje, existem manifestações culturais de origem africanas, deixadas como legado pelos primeiros moradores, como a Chula (dança tradicional de origem africana realizada sob o toque de instrumentos musicais), a Umbigada (dança tradicional de origem africana realizada sob o toque do batoque) e os Vissungos (antigos cantos africanos entoados durante a mineração e nos funerais). Historicamente, a comunidade foi um centro de comercialização de flores sempre-vivas, onde se reunia o produto da coleta de diversas localidades para venda aos comerciantes de Diamantina. Entretanto, atualmente esta atividade possui maior expressão na comunidade de Macacos, localidade próxima ao distrito de São João da Chapada.

Em relação ao turismo, são as festas do Divino, festa de Santo Antônio e Folia de Reis que mais atraem visitantes para a comunidade. Porém, o distrito de São João da Chapada tem muito

mais a oferecer aos turistas, com uma cultura rica, artesanato e gastronomia típicos, casario colonial e paisagens exuberantes. Assim, é possível observar o potencial turístico que há no distrito de São João da Chapada, tanto histórico, quanto cultural e natural. O distrito possui uma estrutura simples e caseira para receber o turista, considerando o protagonismo de pessoas da comunidade e o apoio de instituições no desenvolvimento do Programa de Turismo Solidário e do Projeto “Receptivos Familiares”. Porém, não há estruturação adequada dos atrativos turísticos na região e os serviços turísticos necessitam de melhorias para que o turismo se consolide como atividade econômica para a comunidade.



Figuras 10 e 11 – Fotos da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim e Fazenda Caeté Mirim. Distrito de São João da Chapada.

Fonte: Acervo do Projeto, 2019.



Figuras 12 e 13 – Fotos de artesanato com flores sempre-vivas e de paisagem. Distrito de São João da Chapada.

Fonte: Acervo do Projeto, 2020

Foram inventariados, em São João da Chapada, 19 atrativos turísticos, sendo 3 naturais, 15 culturais e 1 evento programado. Ficaram pendentes para serem inventariados cerca de 30 atrativos turísticos, sejam naturais, culturais e eventos programados. Interessante destacar que tais quantitativos podem se alterar, e para elucidar tal afirmativa, enquanto na reunião foram identificados muitos bens que são considerados atrativos pela comunidade, na medida em que a equipe realizava a coleta de dados para preencher os formulários, surgiam indicações de outros bens que não estavam listados inicialmente, evidenciando as particularidades que são estabelecidas e reconhecidas nas comunidades.

Curimataí, distrito de Buenópolis, está situado na mesorregião Central Mineira, distante 41km da sede do município. A história do povoado está diretamente relacionada com a

extração de ouro e diamante em meados do final do século XVIII. Possui cerca de 2.130 habitantes, com uma área, aproximadamente, de 930,2km² (UFMG, 2018). A economia local é baseada predominantemente na agricultura e pecuária, e a atividade turística já é importante componente da renda de muitos moradores.

Em Curimataí destacam-se seus atrativos naturais, já que o distrito se encontra na área de alto curso do rio São Francisco, entre a Serra do Cabral e a Serra de Curimataí, que pertencem à Serra do Espinhaço. Assim, o distrito possui diversas cachoeiras, cascatas, rios, serras, mirantes, entre outros. Em relação aos biomas e ecossistemas que podem ser encontrados na área, destaca-se o Cerrado, os Campos Rupestres e a Mata Seca. (Brasil, ICMBio, 2016a; UFMG, 2018). Existe, no distrito, a Igreja Nossa Senhora da Consolação, que juntamente com o Curral de Pedras e o conjunto histórico de Moinhos são alguns atrativos culturais do local.

Relata-se que o Curral de Pedras foi construído entre os anos de 1760 e 1770, pelos negros escravizados, com o intuito de facilitar a contagem do gado, que servia como controle alfandegário da época. As ruínas deste antigo Curral se encontram em Curimataí, dentro de uma propriedade particular, abrangida pelo Parque Nacional das Sempre-Vivas, sendo um interessante atrativo cultural da região.

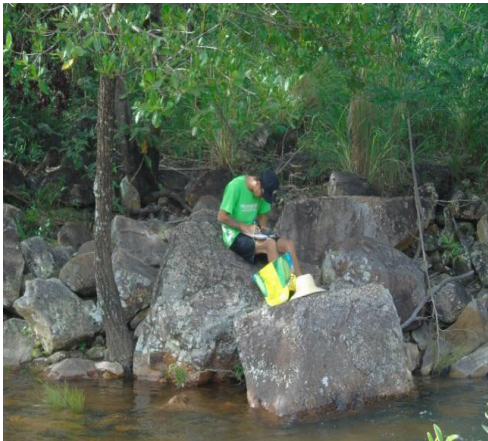


Figuras 14 e 15 – Foto aérea e horizontal do Curral de Pedras. Distrito de Curimataí.

Fonte: Acervo do Projeto, 2020

Curimataí possui diversos atrativos culturais e naturais que podem favorecer a atividade turística na região. Além disso, existe a oferta de pousadas, receptivos familiares de acomodação simples, serviços de guia com roteiros já estruturados, restaurantes, produção de artesanato feito a partir de produtos naturais locais, doces de leite e de frutas da época e queijos. A população acredita na possibilidade do turismo para alavancar a economia local, sendo que alguns moradores já participaram de cursos relacionados ao tema.

Durante o trabalho de campo em Curimataí foram inventariados 19 atrativos turísticos, sendo 6 deles atrativos naturais; 10 atrativos culturais; e 3 eventos programados. Ficaram pendentes cerca de 7 atrativos naturais e 5 atrativos culturais para serem inventariados. Destaca-se que esses números podem mudar, uma vez que no processo podem ser descobertas informações sobre outros atrativos existentes no local.



Figuras 16 e 17 – Fotos do trabalho de campo e Cachoeira de Santa Rita (Rio Preto). Distrito de Curimataí.

Fonte: Acervo do Projeto, 2020.



Figuras 18 e 19 – Fotos do uso do drone em trabalho de campo. Distrito de Curimataí.

Fonte: Acervo do Projeto, 2020.

Ainda que pudesse se configurar como um importante resultado dessa etapa a apresentação mais detalhada de quais foram os atrativos já inventariados, entendemos que, primeiramente, é primordial validar junto às comunidades envolvidas tais informações assim como identificar quais seriam as oportunidades e os desafios para a promoção do uso público no PNSV. Nesse contexto, e considerando a necessidade de distanciamento social devido à pandemia da Covid-19, a equipe ficou impedida de compartilhar e interagir com a comunidade os avanços obtidos, direcionando esta divulgação científica para os resultados alcançados até o momento.

Nesse sentido, o Parque Nacional das Sempre-Vivas está em processo de estruturação e ordenamento da visitação. Conforme o SNUC, apesar de seus objetivos legais de criação envolverem atividades de uso público, ainda existem obstáculos à implementação destas, uma vez que não houve a regularização fundiária no PNSV. Esse fato traz empecilhos às ações de manejo como sinalização de trilhas, divulgação da UC, instalação de equipamentos e estruturas de apoio como portaria, centro de visitantes e áreas de camping, dentre outras ações. No entanto,

mesmo nesse contexto, e diante da publicação do Plano de Manejo, em 2016, iniciou-se a construção participativa para planejamento do uso público, no âmbito do CONVIVAS. Salienta-se que essa iniciativa surge tendo em vista tanto os desafios da visitação desordenada, como pelas oportunidades de inclusão das comunidades do entorno do PNSV como efetivas protagonistas do uso público.

Destaca-se que o turismo ocorre na região de forma incipiente e espontânea, muitas vezes sem a interlocução com a gestão do Parque Nacional, sendo que as principais atividades realizadas são visitas às cachoeiras, caminhadas e cavalgadas. De acordo com o Plano de Manejo (Brasil, ICMBio, 2016a), há necessidade de ordenamento do uso público do PNSV, primando-se pelo turismo de base comunitária na região da UC como forma de gerar uma possibilidade de renda complementar para as comunidades do entorno do Parque Nacional, bem como promover o desenvolvimento socioambiental. Ao elaborar seu Plano de Ação para o biênio 2017-2018, o CONVIVAS priorizou a implementação do uso público no PNSV, com foco na trilha de travessia entre Inhaí e Curimataí, que corta a unidade de conservação de Leste a Oeste, na porção sul do Parque, com um percurso de, aproximadamente, 55km.

Dado o contexto da falta de regularização fundiária e considerando que as áreas-núcleo das comunidades tradicionais (onde estão localizadas as moradias e serviços) estão no entorno do Parque Nacional, a estratégia adotada foi a de realizar estudos e elaborar o planejamento das ações necessárias para estruturação da trilha da travessia de Inhaí-Curimataí. Dentre esses estudos, está a elaboração de inventários turísticos, na qual foram priorizadas ações nas comunidades de Curimataí, Inhaí e São João da Chapada. Frisa-se que outras ações já foram realizadas como, por exemplo, duas expedições de reconhecimento da travessia para identificação de possíveis pontos de apoio, áreas para camping, locais com água potável, atrativos a serem visitados durante o percurso, áreas degradadas que necessitam intervenção, entre outros aspectos. Destaca-se que uma das expedições teve como objetivo adicional o mapeamento geológico da trilha, realizado pelo curso de geologia da UFMG, com o levantamento dos pontos de interesse para roteiros de geoturismo. Foram realizados, ainda,

cursos de condutores ambientais pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR nas três comunidades. Além dessa ação, o curso de turismo da UFMG desenvolveu um projeto de pesquisa sobre o levantamento dos serviços turísticos e infraestrutura nestes mesmos distritos. Assim, em outubro de 2019, o curso de turismo da UFVJM iniciou essa pesquisa para o levantamento e análise dos atrativos turísticos dos distritos de Inhaí, Curimataí e São João da Chapada, com a finalidade de completar o Inventário da Oferta Turística destes distritos, iniciado pela UFMG.

Em diálogo com os princípios estabelecidos para a elaboração de Inventários da Oferta Turística, segundo o Plano de Manejo do PNSV, sublinha-se que:

Em decorrência da presença de várias nascentes, riachos e rios e do relevo acidentado da Serra do Espinhaço, o Parque possui diversas cachoeiras que são importantes atrativos naturais e que podem ser desenvolvidos como produtos turísticos [...] A visitação aos campos de sempre-vivas também é uma importante atividade a ser implementada para a visitação no PNSV. Por ser um símbolo da UC, essa visitação possui forte vocação para a sensibilização acerca da vulnerabilidade das espécies e atualmente ocorre integrando as atividades de trekking. É a oportunidade de possibilitar ao visitante conhecer sobre a ecologia das sempre-vivas, o uso tradicional das populações locais, a cultura e o artesanato local. (Brasil, ICMBio, 2016a, p.146).

A condução dos Inventários, realizada a partir do envolvimento com as comunidades, pactua com a opção da gestão do PNSV, expressa em seu Plano de Manejo, que é primar pelo fomento do Turismo de Base Comunitária. Assim, segundo o Plano de Manejo, há necessidade de ordenamento do uso público na UC e estímulo ao TBC, com intuito de promover benefícios mútuos e boas práticas de visitação, de maneira que o desenvolvimento dos produtos turísticos, o planejamento, a estruturação e o monitoramento da visitação são apontados como ações a serem realizadas de forma integrada com os parceiros locais.

Essa estratégia busca tanto atender às demandas da sociedade e do entorno acerca do estabelecimento da atividade turística no PNSV, como também elaborar ações de manejo positivas junto às comunidades, no sentido de aproximação e diálogo entre a gestão do PNSV e a comunidade.

Assim, o presente trabalho coaduna com o Plano de Manejo do PNSV, onde foram apontados problemas emergentes da gestão da UC e seu território, para nortear o desenvolvimento do planejamento das ações da UC. O uso público não implementado, o conflito territorial existente com comunidades do entorno e o fato de a sociedade não estar inserida na gestão do PNSV são três desses problemas norteadores do planejamento.

Na medida em que o CONVIVAS foi reestruturado e elaborou seu Plano de Ação, executado e monitorado entre os anos de 2017 a 2019, observou-se um avanço da inserção da sociedade na gestão do PNSV, com a rede de parcerias estabelecidas a partir do Grupo de Trabalho para Implementação do Uso Público e o protagonismo dos conselheiros na realização das atividades planejadas. Ações de manejo, elencadas dentro do escopo do problema do uso público não implementado, são atendidas pelos inventários turísticos, como ponto de partida para a abertura de um diálogo maior com as comunidades em relação ao turismo, à vocação de um Parque Nacional em relação à visitação e possibilidades de renda para o entorno. Destaca-se que todos esses aspectos contribuem significativamente para minimizar conflitos e estabelecer novos acordos para a conservação do território.

É justamente por isso que se prioriza que os trabalhos técnicos, como os inventários, sejam realizados com o envolvimento da comunidade, estimulando seu protagonismo e autonomia, de modo a valorizar a cultura tradicional e o conhecimento do território, agregando interesses comuns de conservação da biodiversidade de forma articulada com a UC.

É importante frisar que as comunidades tradicionais de apanhadoras e apanhadores de flores Sempre-Vivas foram recentemente contempladas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) com o reconhecimento como Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM) (Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas – Apanhadoras de Flores Sempre-Vivas, 2019), sendo que o Plano de Ação para Conservação Dinâmica deste SIPAM corrobora com o compromisso pactuado na missão e visão de futuro do PNSV, estabelecidas em seu Plano de Manejo:

Missão: Proteger o patrimônio natural, histórico e cultural no norte da Serra do Espinhaço Meridional com ênfase para as sempre-vivas e nascentes que compõem os rios Jequitinhonha e São Francisco e contribuir para a promoção do desenvolvimento socioambiental na região. (Brasil, ICMBio, 2016a, p.172)

Visão de Futuro: Conservar os complexos rupestres, as populações de sempre-vivas e as bacias hidrográficas inseridas no Parque, avançando na regularização fundiária e gestão de conflitos, promovendo a visitação, garantindo direitos e respeitando as populações locais. (Brasil, ICMBio, 2016a, p.172).

Em que pese os distritos que foram objeto do presente inventário não apresentarem atualmente a coleta de flores sempre-vivas como principal atividade econômica atualmente, essa é um componente histórico da economia local, que por vezes teve papel importante na composição da renda de moradores destas comunidades, e em alguns casos ainda mantém essa importância. Curimataí, Inhaí e São João da Chapada não estão contemplados pelo SIPAM, entretanto, localidades próximas, que abrigam atrativos elencados pelos comunitários nas reuniões, se reconhecem nessa identidade e realizam a coleta de flores sempre-vivas para comercialização. São exemplos as comunidades de Santa Rita e Pé-de-Serra, próximas a Curimataí, a Comunidade Quilombola de Vargem do Inhaí, próxima a Inhaí, bem como Macacos e a Comunidade Quilombola de Quartel do Indaiá, próximas a São João da Chapada. Nesse contexto, a atividade turística contribui para a valorização da cultura tradicional de coleta de flores sempre-vivas, juntamente com iniciativas de conservação que busquem o seu manejo sustentável, podendo ser um vetor para o fortalecimento dessa identidade, colaborando com a conservação do Sistema Agrícola Tradicional dos Apanhadores de Flores Sempre-Vivas e configurando-se como uma grande oportunidade para o Turismo de Base Comunitária no entorno do Parque Nacional.

Os atrativos inventariados até o momento revelam um enorme potencial para o Turismo Ecológico, com destaque para a beleza cênica da Serra do Espinhaço, a exuberância das cachoeiras e rios, bem como as oportunidades relativas ao geoturismo e interpretação da paisagem, com destaque para a travessia entre Inhaí e Curimataí, que perpassa por diversas fisionomias da vegetação, como formações florestais, campos

rupestres e cerrado *sensu strictu*. Adicionalmente, esta travessia possui um valor histórico e cultural, tanto pela existência do Curral de Pedras e a Calçada do Mocó, que são parte do patrimônio histórico abrangido pelo PNSV, como pela tradição dos caminhos antigos percorridos pelos moradores destas comunidades, sendo que até hoje são realizadas cavalgadas neste percurso. A riqueza cultural e histórica também pode ser verificada em todos os distritos estudados, ressaltando-se a existência de igrejas e casarões do período colonial, as festas regionais e culinária típica, bem como a presença dos diversos aspectos da cultura africana e a tradicionalidade de manifestações culturais.

Nesse sentido, entende-se que este projeto, que está em desenvolvimento, tem potencial para contribuir no alcance dos objetivos de criação do PNSV, proporcionando maior articulação e diálogo entre a gestão da UC, as comunidades locais e a universidade e para o desenvolvimento socioambiental nesses distritos.

Conclusões

Resgata-se que a questão-problema norteadora na proposição deste projeto de pesquisa refere-se justamente à necessidade de conhecimento sobre a oferta de atrativos existentes nos distritos (Inhaí, Curimataí e São João da Chapada) localizados no entorno do PNSV e que dão apoio à travessia entre Inhaí e Curimataí. Como hipótese, foi considerado que esses atrativos podem favorecer o aumento do tempo de permanência do turista que já realiza a travessia, beneficiando as comunidades locais interessadas e envolvidas com o Turismo de Base Comunitária.

Nesse contexto, ainda que o projeto não tenha sido concluído devido a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, reafirma-se a perspectiva de adotar a realização de um inventário da oferta turística como estratégia de diálogo com a comunidade e a gestão do PNSV. Já foram realizados trabalhos de campo em todos os distritos (de dezembro de 2019 a fevereiro de 2020), os quais contaram com a participação da comunidade local, por intermédio de lideranças locais, para realizar um levantamento inicial dos bens considerados atrativos pela própria comunidade.

Ademais, no período de março a dezembro de 2020, todas as informações levantadas foram tratadas, digitadas e agrupadas em um documento para cada distrito, como um relatório parcial das atividades desenvolvidas até então, nos quais se destacam como principais resultados preliminares a identificação de 52 atrativos já inventariados; 73 atrativos a serem reconhecidos e descritos; e a possibilidade que tais quantitativos possam ser aumentados. Como mencionado, enquanto nas reuniões iniciais já haviam sido identificados bens que são considerados atrativos pela comunidade, na medida em que a equipe realizava a coleta de dados para preencher os formulários, surgiam indicações de outros bens que não estavam listados inicialmente, evidenciando as particularidades que são estabelecidas e reconhecidas nas comunidades.

Além disso, destaca-se a produção de um vídeo de divulgação científica sobre a importância do projeto e as ações realizadas. Esse vídeo foi transmitido para a comunidade acadêmica da UFVJM e externa, durante a Semana da Integração do Curso de Turismo, e está disponível no Canal do Youtube Turismo ConsCiência (https://www.youtube.com/watch?v=LDwysciEZ6E&ab_channel=CanalTurismoConsCi%C3%Aancia a partir de 1h01).

Foi desenvolvido, também, no período de oferta extemporânea do calendário acadêmico da UFVJM, entre setembro de 2020 e janeiro de 2021, um projeto de ensino intitulado “Seminário de Pesquisa: Turismo, Áreas Naturais Protegidas e Inclusão Social”, com o objetivo de fomentar discussões sobre a temática e fortalecer a base teórica dos alunos envolvidos tanto no projeto de pesquisa como demais interessados do curso de graduação em Turismo, com vistas a atrair outros discentes nesta iniciativa voluntária.

Assim, evidencia-se o significativo potencial turístico dos distritos e, nesse sentido, ainda que o projeto esteja em sua primeira fase, na qual estão demarcados alguns objetivos, foram identificadas novas frentes de atuação, a partir desse breve diálogo iniciado. Observam-se, dentre tais possibilidades: 1) articulação de cursos de capacitação para interessados em prestar serviços turísticos; 2) ações de planejamento para formatação de roteiros participativos e colaborativos; 3) mobilização e envolvimento das comunidades quanto à importância: a) da apropriação e manutenção da integridade dos patrimônios locais; b) do protagonismo para a

gestão turística no entorno de áreas protegidas; c) das possibilidades de inclusão social e preservação ambiental a partir da UC.

Portanto, o presente trabalho corrobora, ainda que parcialmente, que os objetivos pretendidos foram alcançados e caminham de forma efetiva para a promoção de um diálogo entre as instituições e as comunidades, contribuindo para que tais atores sociais possam se conhecer e compreender melhor uns aos outros. Destaca-se a importância do envolvimento das comunidades nesse processo, alinhado às diretrizes do TBC como modelo de desenvolvimento para a região pactuado como opção da gestão do PNSV, expressa em seu Plano de Manejo, desde 2016. Dessa forma, de fato está posta a compreensão de que essa estratégia, de realização do inventário da oferta turística dos atrativos localizados no entorno da área protegida, busca tanto atender às demandas da sociedade e do entorno acerca do estabelecimento do uso público no PNSV, como também elaborar ações conjuntas, no intuito de promover efetivamente o diálogo entre a gestão do PNSV e as comunidades envolvidas.

Destaca-se que o objetivo deste trabalho foi divulgar os resultados alcançados com o projeto até o momento, ressaltando a necessidade de diálogo e parceria com a comunidade local para a realização do Inventário da Oferta Turística.

Para concluir, destacamos as expectativas com a continuidade da pesquisa no ano de 2022, diante da possibilidade de retomada dos trabalhos de campo e frente ao declínio dos índices de contágio pelo SARS-COV-2, devido ao plano de imunização nacional com a vacinação em parte expressiva da população. Assim mesmo, reflexões sobre os desmembramentos que esta pesquisa proporcionou foram bastante densas, e os apontamentos mencionados sinalizam as possibilidades de continuidade do projeto, pós processo de inventariação. Atualmente o projeto foi contemplado com uma bolsa de iniciação científica pela FAPEMIG e esperamos que, ao final de um ano, os resultados sejam ainda mais expressivos, tanto no que se refere ao levantamento dos atrativos, como nas estratégias adotadas para fortalecer o diálogo entre as comunidades, gestão do PNSV e universidade.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos parceiros, pelo apoio para a realização deste e de outros projetos: Prefeitura Municipal de Buenópolis, Circuito Turístico Serra do Cabral, Associação A Grande Vitória de São João da Chapada, Associação dos Amigos e Moradores de Inhaí, aos comunitários; e aos voluntários do projeto.

Projeto realizado com autorização do Sisbio/ICMBio nº 75367-1.

Referências

- Brasil. 2002 Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Diário Oficial da União. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Acesso em 25/03/2021.
- Brasil. 2016. Decreto nº 8276, de 27 de abril de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil. Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8726.htm>. Acesso em 08/12/2021.
- Brasil. 2014. Lei nº13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm>. Acesso em: 08/12/2021.
- Brasil. 2018. Lei 13.668, de 28 de maio de 2018. Diário Oficial da União. <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13668-28-maio-2018-786761-norma-pl.html>>. Acesso em 25/03/2021.
- Brasil. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Gtz. 1999. Marco conceitual e diretrizes para terceirizações administrativas em Unidades de Conservação. Documento elaborado por Rocktaeschel, B.M.M. Brasília. Recuperado de: <http://www.fatma.sc.gov.br/upload/ucs/araucarias/Anexo_02_guia_chefe_UC.pdf>.

- Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2016a. Plano de Manejo do Parque Nacional das Sempre-Vivas. Brasília.
- Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2016b. Plano de Ação do Conselho Consultivo do Parque Nacional das Sempre-Vivas (CONVIVAS). Diamantina/MG.
- Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2018. Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: princípios e diretrizes. Brasília.
- Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2019. Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: caderno de experiências. Brasília.
- Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2020. MMA Lança Edital Para Concessão De Parques Nacionais No Sul. <<https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/11416-mma-lanca-edital-para-concessao-de-parques-nacionais-no-sul>> Acesso em 10/03/2021.
- Brasil. Ministério do Turismo. 2011. Inventário da Oferta Turística. Ana Clévia Guerreiro Lima (Coordenador). Brasília: Ministério do Turismo.
- Brasil. Ministério do Meio Ambiente. 2006. Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação. Brasília.
- Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas – Apanhadoras de Flores Sempre-Vivas. 2019. Traditional Agricultural System in the Southern Espinhaço Range, Minas Gerais (Brazil). Diamantina/MG. Brasil.
- Doria RB. 2016. El turismo comunitario como iniciativa de desarrollo local. Caso localidades de Ciudad Bolívar y Usme zona rural de Bogotá. Hallazgos. [S.l.], v. 13, n. 26, jul. <<http://revistas.usta.edu.co/index.php/hallazgos/article/view/3162>>. Acesso em 20/02/2021.
- Franco A. 2000. Porque Precisamos de Desenvolvimento Local e Integrado Sustentável. Brasília: Compukromus. 116p.
- Guereña A, Calderón G. 2005. Turismo rural comunitario en Costa Rica. La experiencia del Programa de Pequeñas Donaciones y sus Grupos Socios. San José: Programa de Pequeñas Donaciones del PNUD Costa Rica. <http://www.dhl.hegoa.ehu.es/ficheros/0000/0690/21.Turismo_rural_comunitario_en_Costa_Rica.pdf>. Acesso em 20/02/2021.
- Irving MA. 2003. Turismo como instrumento para desenvolvimento local: entre a potencialidade e a utopia. In: D'ávila MI., Pedro R. (orgs.). Tecendo o Desenvolvimento: Saberes, Ética e Ecologia Social. Rio de Janeiro: Editora Mariad e Bapera Editora.
- Lopes ML. 2019. A economia da “sempre-viva” em São João da Chapada (Diamantina, MG), meados do século XX. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS Vol. 11 Nº 22, julho-dezembro de 2019.
- Maldonado C. 2011. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: Bartholo R, Sansolo DG, Bursztyn I. (org.) Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/>. Acesso em: 01/03/2021.
- Martins Fonseca V. 2018. Patrimonialización de la naturaleza en Argentina y Brasil: Reserva de Biosfera y Parque Nacional como discurso global y práctica local 294f. Tese (Doctorado en Geografía) – Departamento de Geografía y Turismo, Universidad Nacional del Sur, Bahía Blanca, Provincia de Buenos Aires, Argentina, 2018. <<http://repositoriodigital.uns.edu.ar/bitstream/123456789/4492/1/Tesis%20doctoral%20MARTINS%20FONSECA%2C%20Virginia%20%28versi%C3%B3n%20final%2024.12.2018%29.pdf>>. Acesso em: 01/03/2021.
- Martins Fonseca V, Bustos Cara RN. 2020. Áreas Protegidas e Uso Público: do Discurso Global a Utopica Práxis Brasileira. Anais do IV e V Seminário Nacional População, Espaço e Ambiente (2017-2019) / Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP (Organização) – Belo Horizonte, MG: ABEP.
- Miranda MPS. 2008. O Inventário como Instrumento Constitucional de Proteção ao Patrimônio Cultural Brasileiro. Jus Navigandi. <<http://jus.com.br/revista/texto/11164/o-inventario-como-instrumento-constitucional-de-protacao-ao-patrimonio-cultural-brasileiro>>. Acesso em: 01/03/2021.
- Monteiro FT. 2011. Os(as) Apanhadores(as) de Flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas (MG): travessias e contradições ambientais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. UFMG. <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MPBB-8LMGEA>>. Acesso em: 01/02/2021.
- OIT. 2005. Pautas metodológicas para el análisis de experiencias de turismo comunitario. Programa sobre intensificación del empleo mediante el desarrollo de pequeñas empresas. Departamento de creación de empleos y desarrollo de la empresa, Oficina Internacional del Trabajo. <http://oit.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---ifp_seed/documents/publication/wcms_117525.pdf>. Acesso em: 25/03/2021.

- OIT. 2008. Governos locais, turismo comunitario y sus redes. Memoria V Encuentro consultivo regional (REDTURS). Ginebra: OIT, Documento de Trabajo núm. 12. <http://www.ilo.org/employment/Whatwedo/Publications/working-papers/WCMS_105079/lang-es/index.htm>. Acesso em 25/02/2021.
- Palacios CG. 2016. Nuevos emprendimientos de turismo comunitario en Latinoamérica: la fuerza de las redes como instrumento de cohesión. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*. (marzo). <<http://www.eumed.net/rev/caribe/2016/03/turismo.html>>. Acesso em 25/03/2021.
- Ruschmann DVM. 2006. Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente. 13ª edição. Campinas: Papirus.
- Samaniego LAF, Lamorú IR, Oleas ERE. 2015. El turismo comunitario como estrategia de desarrollo en base al Sumak Kausay en Ecuador. *Revista Turydes: Turismo y Desarrollo*. n. 19 (diciembre). <<http://www.eumed.net/rev/turydes/19/sumak-kausay.html>> Acesso em 25/02/2021.
- Scalco RF. 2019. Unidades de Conservação e Territórios Quilombolas: Desafios, Sobreposição de Interesses e Conciliação de Direitos em Minas Gerais. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. UFMG. <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/30473>> Acesso em: 02/02/2020.
- UFMG. 2018 Inventário Parque Nacional das Sempre-Vivas, Inventário de Serviços Turísticos e Infraestrutura, Distrito de Curimataí, Curso de Turismo. Instituto de Geociências, UFMG. Belo Horizonte.
- Vitarelli F. 1998. Pesquisa da Oferta Turística. [Apostila da disciplina Pesquisa da Oferta Turística) Unicentro Newton Paiva, Belo Horizonte. (in mimeo).
- WWF-INTERNATIONAL. 2011. Directrices para el desarrollo del turismo comunitario. <<http://www.panda.org/resources/publications/sustainability/indigenous/Guidelinesp.pdf>> Acesso em: 25/03/2021.

Biodiversidade Brasileira – BioBrasil.

Edição Temática: Gestão do Uso Público: Turismo e Lazer em Áreas Protegidas

n. 3, 2022

<http://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/BioBR>

Biodiversidade Brasileira é uma publicação eletrônica científica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que tem como objetivo fomentar a discussão e a disseminação de experiências em conservação e manejo, com foco em unidades de conservação e espécies ameaçadas.

ISSN: 2236-2886